



**Por que a História (da) política no Movimento Operário?**

**O caso do anarquismo na Primeira República**

**entre visões políticas e transformações historiográficas**

Kauan Willian dos Santos\*

Lucas Thiago Rodarte Alvarenga\*\*

**Resumo:** A partir de um balanço bibliográfico crítico sobre as abordagens e interpretações que visaram o movimento anarquista na Primeira República, este artigo busca analisar como a esfera política foi e está sendo tratada pela historiografia, nesse recorte particular. Ressaltamos que, embora os estudos que introduziram o culturalismo para compreender a classe trabalhadora tenham enfraquecido o enfoque político desses na visão de alguns autores, os debates entre as linhas ou vertentes historiográficas diferentes, podem ser benéficos, inclusive para a História Social, no intuito de reintroduzir a análise que busca compreender tal esfera. Outra preocupação também busca compreender como as visões políticas dos autores, moldadas pelo tempo e por escolhas, afetaram suas conclusões. Nesse último intuito, nossa contribuição visa evidenciar a historiografia como objeto de análise, passível de ser desconstruída, inclusive para o refinamento das percepções futuras sobre o tema.

**Palavras-chave:** Historiografia – Movimento Operário. História Política. História Social do Trabalho. Anarquismo.

**Abstract:** From a critical bibliographical balance on the approaches and interpretations that targeted the anarchist movement in the First Republic, this article aims to analyze how the political sphere and was being treated by the historiography, this particular cut. We emphasize that, although studies have introduced culturalism to understand the working class have weakened the political focus of those in the view of some authors, discussions between the

---

\* Mestrando em História pela UNIFESP. Bolsista CAPES. [kauanwillian09@gmail.com](mailto:kauanwillian09@gmail.com)

\*\* Mestrando em História pela UNIFESP. [lucgenesis@yahoo.com.br](mailto:lucgenesis@yahoo.com.br)



lines or different historiographical aspects, can be beneficial, including the Social History in order to reintroduce the analysis that seeks to understand this sphere. Another concern also seeks to understand how the political views of the authors, shaped by time and choices affected their conclusions. In this last end, our contribution aims to highlight the history as the object of analysis, which can be deconstructed, including the refinement of future perceptions on the topic.

**Keywords:** Historiography - Labor Movement. Political History. Social Work History. Anarchism.

## **Anarquismo entre visões políticas e transformações historiográficas**

Atualmente, entre os problemas colocados para um pesquisador ao tentar se debruçar sobre o estudo do anarquismo é perceber como o próprio movimento foi abordado de diferentes formas pela historiografia nas últimas cinco ou seis décadas. Longe de ser um terreno calmo, o interessado logo percebe que as interpretações que acompanharam esse tema, influenciadas pelo contexto histórico de sua produção, da corrente historiográfica vigente ou pela visão ideológica de quem a produziu, apresentaram muitas oscilações e significados durante o século XX. É evidente que a historiografia brasileira que abarcou as expressões políticas oriundas da classe trabalhadora ou dos grupos considerados subversivos, como qualquer outra corrente historiográfica, esteve sempre relacionada com as transformações políticas, sociais e econômicas que ocorrem no país e no mundo e igualmente foram influenciados pelas tendências interpretativas do período dentro da academia científica (CERTEAU, 2006, p.65-119). Não obstante, ao se tratar de um objeto de análise que foi disputado por forças e discursos ideológicos e políticos, é muito mais emergente expor, para fins de crítica, os pensamentos que rodearam este, e conseqüentemente, situarmos nossos objetivos e justificativas presentes.

Os primeiros autores que se voltaram aos estudos da atuação libertária foram os próprios militantes, em períodos mais avançados de suas vidas. No início da década de 1960,



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Edgard Leuenroth, buscando legitimar a importância do movimento anarquista na configuração e na construção do movimento operário nas primeiras décadas do século XX, buscou a origem do anseio libertador desde tempos remotos, e que supostamente estaria na essência dos homens e das sociedades. Para o autor, o anarquismo seria uma “dinâmica social” presente nas lutas contra “todas as manifestações de tirania” (LEUENROTH, 1963, p.82). Essa visão marcou por muito tempo muitas narrativas que provinham de simpatizantes do anarquismo, como Max Nettlau, autor austríaco, que relacionou o desenvolvimento do ideal anarquista com as reivindicações humanas que aspiravam pela liberdade durante a história (NETTLAU, 2008.).

Astrojildo Pereira, outro militante do período republicano, que passou de militante e redator anarquista para fileiras de orientação comunista, apresentou outro discurso em sua análise e dividiu o movimento operário em duas fases. A primeira, supostamente inconsciente e falha, marcada pela atuação dos anarquistas, e outra, que na visão deste fora consequência do amadurecimento político dentro do ramo esquerdista, resultando no nascimento do Partido Comunista no Brasil (PEREIRA, 1980). Nesse viés, enquanto o partido trouxe um marco para a atuação dos militantes progressistas dentro da política nacional, contendo um projeto de sociedade seguro, o anarquismo seria um movimento prematuro, com a ausência de alianças concretas e com um projeto falho para o futuro dos trabalhadores. Como é possível observar, Pereira também reproduz um discurso político pautado na visão de militantes e líderes comunistas como Lênin, atribuindo ao anarquismo um caráter de ideologia pequeno-burguesa e individualista (LENIN, 2007).

Podemos constatar que embora tais pesquisas sejam consideradas pioneiras, elas sofrem forte influência da memória de seus autores, bem como a falta de distância destes com seu objeto de análise, resultando em considerações e conclusões muito próximas às suas visões de mundo e aos seus interesses políticos.

Claudio Batalha, ao estudar a historiografia da classe operária, aponta que essa fase, marcada pelas análises até a metade do século XX, poderia ser classificada como de caráter essencialmente militante e teria a função de legitimar uma corrente esquerdista ou mesmo um partido político. Nesse período também, tanto no país quanto em âmbito internacional, a história das classes operárias foi confundida com a história do movimento operário ou de



alguma organização política, tendência que marcará profundamente essa historiografia (BATALHA, 1998). O autor Georges Haupt, num artigo sugestivo intitulado “Por que a História do Movimento Operário?”, aprofunda essas considerações e reforça o argumento que as narrativas sobre a história do operariado foram alvos de reflexões ligadas à determinada orientação política-ideológica, fato que resultou na instrumentalização das análises para interesses de determinados grupos. Para ele,

[...] é a percepção que os partidos operários têm de si mesmos e a representação que querem dar que orientam seus discursos históricos. Controle das fontes, atitude voluntarista frente à história facilitam a tarefa e condicionam o esclarecimento: os fatos que correspondem às versões oficiais são destacados e considerados essenciais, aqueles que as contradizem ou não servem, na presente conjuntura, são considerados marginais e inoportunos (HAUPT, 2010, p.51).

Após a segunda metade da década do século XX, a historiografia brasileira sobre os trabalhadores sofreu grandes transformações. Na década de 60, por exemplo, as interpretações sociológicas penetraram esse campo de estudo. Embora tais trabalhos sejam importantes para compreendermos o avanço das análises, é perceptível a carência na utilização ou citação dos documentos e fontes apresentados por esses autores. Alguns desses pesquisadores, como Juarez Lopes ao estudar a “Sociedade Industrial no Brasil”, ocultaram inúmeros movimentos políticos ou contestatórios como o próprio anarquismo ou os movimentos socialistas e sindicais (LOPEZ, 2008). Uma vez que não se encontravam incluídos em uma documentação considerada oficial, muitas informações relevantes e personagens foram negligenciados. Além disso, o autor deu primazia a uma organização sindical posterior ao período 1930, marco que não se sustentou com as pesquisas posteriores que buscaram as origens do movimento sindical nos polos industriais brasileiros.

Na década de 1970, no contexto da Ditadura Militar no Brasil e conseqüentemente da repressão nos ambientes acadêmicos<sup>1</sup>, o tema da classe operária e especialmente suas possíveis expressões políticas foram fortemente ocultados das pesquisas. Nesse período, brasilianistas tomaram frente em pesquisar o tema sobre trabalho no Brasil. Um desses, Eric Gordon, se atentou especialmente para a prática do movimento anarquista entre os trabalhadores (GORDON, 1978). O autor revelou uma nova abordagem, influenciada pelos

---

<sup>1</sup>Ver (SORJ, 2001).



estudos culturais e antropológicos, destacando o próprio cotidiano operário e as formas variadas de participação dos militantes libertários neste. Desse modo, o autor apontou a presença de personagens em comícios, periódicos, na Escola Moderna e em centros de cultura, evidenciando a possibilidade de estudos amplos sobre o tema.

No final da década de 70, o interesse de pesquisadores acadêmicos sobre a classe trabalhadora no país tomou novo fôlego, principalmente pelo ressurgimento de uma nova força sindical no cenário da reabertura política, resultando também em novos estudos do movimento operário e trabalhista.<sup>2</sup> Nesse sentido, um salto na historiografia sobre os libertários foi a obra de Silvia Magnani, publicada em 1978 (MAGNANI, 1982). Recusando algumas interpretações anteriores que explicavam a razão do surgimento do anarquismo em terras brasileiras devido à intensa onda migratória<sup>3</sup>, a autora trabalhou com tal ideologia como uma das expressões do movimento de classe, intimamente ligado às condições socioeconômicas e políticas da mesma. Para Magnani, o movimento de orientação anarquista em São Paulo não apresentou um caráter exótico ou estanque do operariado, mas foi resultado de uma conjuntura que excluía os trabalhadores dos debates e da representação política. Porém, o viés do seu trabalho também foi muito criticado posteriormente, uma vez que destacou, em primazia, à militância dos anarquistas junto à organização dos trabalhadores, excluindo outras expressões de resistência trabalhista. Sua contribuição, na verdade, foi identificar e separar notavelmente os trabalhadores em geral, e uma parcela organizada destes, movidos por uma orientação política.

Em contrapartida, historiadores ou cientistas políticos, voltando-se ao movimento operário no Brasil no período proposto, também realizaram críticas à presença dos militantes libertários. Um exemplo dessa perspectiva encontra-se na obra de Boris Fausto, preocupado em esclarecer os possíveis motivos para a debilidade do movimento operário na Primeira República e seu fracasso político que não alcançou vitórias significativas. Para o autor, existiram fatores essenciais para essa suposta derrota, começando pela própria posição secundária da indústria para o Estado brasileiro, e também pela exclusão dos trabalhadores da organização política partidária. Nesse sentido, Fausto argumenta que esse último fator

---

<sup>2</sup>Ver (SADER, 2001).

<sup>3</sup>Para um debate bibliográfico específico das relações entre imigração e movimento operário ver (BIONDI, 2010, p.23-48).



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

provinha, além da formação desigual da sociedade brasileira, da influência do movimento anarquista entre o movimento operário, onde este se baseava em críticas morais e não propunha táticas avançadas de alianças, não compreendia o papel do Estado e se distanciava da política representativa e eleitoral, fatores que contribuíram para o isolamento do proletariado estrangeiro, aumentando o poder das classes dominantes no período (FAUSTO, 1977). É interessante notar que “Trabalho Urbano e Conflito Social” foi uma das primeiras obras nacionais a contar com uma ampla gama de documentação, tanto oficial como da imprensa operária ou das organizações reivindicatórias. No entanto, o autor pareceu ainda tomar como referência certa concepção ideológica e política supostamente mais correta para os trabalhadores se organizarem (a formação de um partido político), ao invés de se atentar para os motivos históricos e sociais que levaram essa classe a exprimir determinado comportamento organizativo, inferiorizando determinada ação por não se encaixar no modelo previsto.

Apesar dos avanços historiográficos e do rigor metodológico e teórico, uma visão partidária ou militante que imprimia juízo de valor a determinada estratégia política parecia marcar ainda as interpretações. Mais tarde, pesquisadores como Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, influenciados principalmente pela “história vista de baixo”<sup>4</sup>, contestaram interpretações como a de Fausto, afirmando que tais pesquisas pressupõem um modo ideal de como a classe operária deveria se comportar e conseqüentemente distorcem a possível experiência e a prática que os trabalhadores possuíam durante o contexto analisado. Em resposta, os autores propuseram

[...] o esboço de uma interpretação, que ao invés de culpar as vítimas ou privá-las da capacidade de ação autônoma, procure dar conta da história da classe operária e do movimento operário como resultado de lutas concretas. Enquanto a história da burguesia brasileira foi objeto de considerável pesquisa nos anos recentes, o foco da bibliografia continua ser sua relação com o Estado: as lutas com os operários são geralmente tratadas fugazmente, se muito. (HALL; PINHEIRO, 1985, p. 96-120)

Assim, quando estes adentraram as próprias fontes deixadas pelos trabalhadores como periódicos operários, resoluções de boletins de congressos, comícios e muitos outros

<sup>4</sup> Para Eric Hobsbawn, a “história vista de baixo” se refere ao movimento, particularmente dentro dos historiadores britânicos de orientação esquerdista, de romper com a visão maniqueísta econômica da história que alguns marxistas estavam atribuindo às conjunturas analisadas (HOBSBAWN, 1998, p.192-200).



documentos, observaram a grande complexidade do tema que ainda estava para ser analisada e revista historicamente, muitas vezes subvertida por posições políticas.

Ao findar a década de 1980, podemos observar a consolidação do estudo das classes trabalhadoras, onde a “Nova História Social do Trabalho”, tendo Edward Thompson como um de seus principais expoentes, exerceu forte influência. Na sua célebre obra “A Formação da Classe Operária Inglesa”, publicada primeiramente em 1963 na Inglaterra, o autor contextualiza a noção de classe, que nessa interpretação, não é o resultado natural do desenvolvimento de forças produtivas ou de uma economia funcionalista. Para Thompson, a formação da classe operária inglesa deve ser vista como resultado de sua própria experiência particular e de seus embates, que ressignificavam e adaptavam culturas anteriores, em relação às forças produtivas e à economia (THOMPSON, 1987). Nesse sentido, o autor ressalta os próprios agentes históricos e elementos como a cultura popular na construção da classe e nas próprias lutas e resistências que esta pudesse possuir.

Nas décadas de 1980 e 1990, a historiografia do tema parecia perceber que o estudo das classes trabalhadoras ainda carecia de renovação. A historiografia ressaltava apenas uma movimentação política dos trabalhadores e negligenciava outras culturas de classe como a recreação, cotidiano, alimentação e representação. Tais elementos foram propostos por autores como Thompson, mas que dessa vez transcenderam a “História Social”, usando ferramentas da filosofia como do autor Michel de Foucault e da “História Cultural”, principalmente Roger Chartier.<sup>5</sup> Desse modo, se intensificaram de maneira considerável pesquisas que tiveram como foco expor a formação da classe operária para além dos espaços considerados políticos. Aqueles que revogaram a organização partidária do comunismo ou de associações como o anarquismo e o socialismo apenas representavam uma pequena parcela desse mundo operário. Dessa maneira, Batalha nos informa que desde então, houve significativos avanços visto que

[...] os temas tratados pela história do trabalho já não privilegiam esse ou aquele aspecto, tendem a ter mais atenção com a diferença e com a complexidade da realidade. A história do trabalho tradicional preocupava-se essencialmente com os aspectos que unificavam os trabalhadores; sem abandonar essa dimensão essencial para a compreensão da ação classista, está cada vez mais atenta àquilo que os divide (origens étnicas, diferenças de

---

<sup>5</sup> Foram muito abundantes os estudos que misturaram autores dessas matrizes citadas. Entre eles podemos citar os trabalhos de Margareth Rago (RAGO, 1990).



ganhos e de status social, crenças, etc.). Certas dicotomias que prevaleceram durante algum tempo nesse campo, opondo, por exemplo: trabalho e lazer, organização e cotidiano, militância e trabalhadores não-organizados; agora têm pouco espaço (BATALHA, 2006, p.87).

## **Renovações: o embate com o pós-estruturalismo, a História Global do Trabalho, Micro-História e História Política**

Se de um lado, uma vertente da história da classe operária brasileira e internacional tem demonstrando sua heterogeneidade cultural e étnica, suas formas de associação recreativa, de outro, autores preocupados com a invasão do pós-estruturalismo na historiografia e a desfragmentação política, tem revogado a relevância de se centrar ainda nas formas de organização e expressão ideológica do operariado legitimando-as com os novos debates teóricos e metodológicos. Esses autores afirmam que, apesar dos avanços em se compreender as expressões classistas, sobre o viés de etnicidade, cultura e representação, a história do trabalho foi tomada também por preposições sem objetivos e metodologia claros. Tal fato já se tornara evidente quando alguns pesquisadores se apropriaram, de forma controversa, de autores da nova história do trabalho, como o próprio Thompson. No caso brasileiro, Marcelo Badaró Mattos nos informa o fato de ressaltarem apenas o suposto culturalismo de Thompson, contudo negligenciando suas preocupações aos embates e construções classistas e na ampliação do marxismo são fatores marcantes e preocupantes quando pensamos na recepção do autor na historiografia (MATTOS, 2006, p.83-110).

Além disso, o historiador Robert Sean Purdy também afirma que uma corrente historiográfica atual, em ascensão, tende a negar os estudos comparativos visando os Estados Nações e consequentemente anulam interpretações amplas para a confecção de uma História significativa. O autor afirma que

[...] parcialmente, o problema aqui vem de uma aplicação não crítica de discernimentos pós-modernistas e pós-colonialistas de estudos literários, filosofia e as ciências sociais sem um claro reconhecimento de que tais discernimentos são altamente contestados dentro das suas próprias disciplinas (PURDY, 2012, p.68).

Nesse aspecto, Marcel Van der Linden forneceu informações significativas para a construção de uma história dotada dessa perspectiva. O autor mostra que “Nova História do



Trabalho” trouxe importantes contribuições para o estudo dos trabalhadores, não apenas evidenciando a história da perspectiva dos comuns, mas também por incluir gênero, etnia e raça em suas interpretações, porém, não rompeu de forma plena com alguns pressupostos de uma antiga linha que visava os trabalhadores. A “História do Trabalho” continuou dando prioridade ao estudo nos países de capitalismo avançado, principalmente no desenvolvimento europeu e quando muito, sobre esse viés, projetavam a história do capitalismo, em outras regiões fora desse eixo, como resposta natural e evolutiva do processo visto no Atlântico Norte. Para o autor, essas visões evidenciavam a combinação do nacionalismo metodológico e do eurocentrismo.<sup>6</sup>

O trabalho de Thompson, apesar de seus avanços significativos, abordou a formação da classe operária inglesa como um processo fechado em si mesmo, descartando as influências do próprio continente, como os efeitos da Revolução Francesa, e as revoltas que perpassam o período fora desse continente e poderiam apresentar certas ligações, como o caso da revolta haitiana. É evidente que muitos historiadores já haviam se voltado para além das fronteiras nacionais europeias, mas a abordagem

[...] permaneceu monadológica: o mundo europeu “civilizado” foi visto como um conjunto de povos que se desenvolveram mais ou menos na mesma direção, ainda que cada qual em um ritmo diferente. Uma nova nação foi vista como mais avançada que a outra, e é por isso que as nações mais atrasadas poderiam ver o futuro, em maior ou menor medida, refletido nas nações avançadas (LINDEN, 2009, p.15).

Para o autor, essa concepção começou a ser enfraquecida quando autores de outros países fora do Atlântico Norte como no Brasil e na África do Sul, incorporando os debates da “Nova História do Trabalho”, mas deixando suas impressões e considerações sobre os casos

---

<sup>6</sup> Sobre esse processo de união destes conceitos da História do Trabalho, Van der Linden nos mostra que “o campo de estudos emergente de história do trabalho na Europa do século XIX e, pouco depois, na América do Norte, foi caracterizado, de início, por uma combinação de “nacionalismo metodológico” – a invenção deste conceito é, até onde sei, devida a Anthony D. Smith – e eurocentrismo; uma combinação que apenas recentemente tornou-se um tema para debate. O nacionalismo metodológico funde sociedade e Estado e, conseqüentemente, considera os diferentes estados nacionais como espécies de “mônadasleibnizianas” para a pesquisa histórica. O eurocentrismo é a ordenação mental do mundo do ponto de vista da região do Atlântico norte: sob este ponto de vista, o período “moderno” tem início na Europa e na América do Norte e se estende, aos poucos, para o restante do mundo; a temporalidade desta “região central” determina a periodização dos desenvolvimentos do restante do mundo. Historiadores reconstruíram a história das classes trabalhadoras e dos movimentos operários na França, Grã-Bretanha, Estados Unidos etc. como desenvolvimentos separados. À medida que passaram a prestar atenção às classes e movimentos sociais na América Latina, África ou Ásia, estes foram interpretados de acordo com as perspectivas do Atlântico Norte.” (LINDEN, 2009, p.15)



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

particulares do movimento operário ou da escravidão, impulsionaram o desgaste do “eurocentrismo analítico”. O enfoque do surgimento do capitalismo e de sua resistência enfocados apenas no caso Europeu ou norte-americano pareciam não se sustentar com o entrecruzamento dessas pesquisas.

Na metade dos anos 90 em diante, pesquisas dotadas desta sensibilidade iniciaram uma movimentação que investia na resolução do impasse deixado pelos autores anteriores, embora em um primeiro momento, essa tarefa possa permanecer ainda aberta. Entre as pesquisas relevantes nesse campo podemos citar a obra de Peter Linebaugh e Marcus Rediker em “A Hidra de Muitas Cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário”, no qual os autores buscam a formação do capitalismo e de suas resistências com o enfoque no atlântico marítimo e na circulação de ideias e experiências de dominação e, conseqüentemente, de formas variadas de conflito e resistência. Ao contar a formação do capitalismo na Inglaterra desde o início do século XVII dentro e fora do seu território, os autores jogam luz para novos personagens como marinheiros, piratas, escravos e lugares influenciados por essa expansão, mas que também apresentavam resistências e adaptações particulares a esse fenômeno, como o Haiti, Itália, Irlanda, França e até no continente Africano. Entre os fatores mais relevantes que os autores destacavam em sua análise são as possíveis conexões que, “no decorrer dos séculos, têm sido geralmente negadas, ignoradas, ou simplesmente passaram despercebidas, mas que, apesar disso, influenciaram profundamente a história do mundo em que todos vivemos e morremos” (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p.15). Desse modo, também tentaram barrar a interpretação da formação da classe operária dentro de nacionalismos ou etnicismos fechados em si mesmos, já que afirmam que a nova classe, que se formava nesse processo, era multiétnica e sua resistência somente representou um caráter ameaçador para as classes dominantes porque foi, muitas vezes, internacional e uniu a experiência e a cooperação de “tipos diferente de gente” (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p.37).

Esse trabalho nos exemplifica a proposta de Marcel van der Linden que apresenta a “História do Trabalho Global” como uma “área de interesse” cada vez mais crescente, visando interpretar a história do capitalismo e dos trabalhadores a partir de conexões e o alargamento de limites cronológicos, conceituais e de espaço:



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

No que diz respeito a *temas*, a História Global do Trabalho focaliza o estudo transnacional e até mesmo transcontinental das relações de trabalho e movimentos sociais dos trabalhadores no sentido mais amplo da palavra. Por “transnacional” quero dizer a inserção de todos os processos históricos, não importa o quão geograficamente “pequenos”, em um contexto mais amplo, por meio da comparação com os processos em outro lugar, do estudo dos processos de interação, ou de uma combinação dos dois. O estudo das relações de trabalho engloba o trabalho, bem como o não-livre; o pago, bem como o não-pago. Movimentos sociais dos trabalhadores consistem tanto de organizações formais quanto de atividades informais. O estudo das relações dos movimentos sindical e social exige que igual atenção seja dedicada ao “outro lado” (empregadores, autoridades públicas). [...] Não há limites em relação à perspectiva temporal, no entanto, diria que, na prática, a ênfase está no estudo das relações de trabalho e dos movimentos sociais trabalhistas que se desenvolveram ao longo do crescimento do mercado global desde o século XIV (LINDEN, 2009, p.18-19).

Uma das preocupações surgidas a partir dessa perspectiva é revelar também, além dos eventos macro-históricos, como os sujeitos históricos em suas trajetórias individuais, especialmente os que podem condensar projetos políticos e ideológicos, mesclam suas peculiaridades com dimensões maiores e transitam em meio a um contexto social, político e cultural ressignificando tradições com necessidades e experiências maiores. O estudo desses indivíduos é essencial para evidenciar complexidade dentro de um processo histórico, mas igualmente por serem *mediadores espaciais* responsáveis por disseminarem projetos políticos e ideológicos dentro de espaços diferentes, impulsionando as lutas classistas. O autor Mike Savage continua:

No lugar de inquirir quem é o mais importante, se é o local, se é o nacional, no caso de suas respectivas importâncias poderem ser pesadas e medidas, é melhor examinar não só as complexas interligações entre níveis espaciais distintos, mas também como mediadores espaciais – pessoas capazes de se moverem entre as escalas espaciais – podem vir a ter um papel-chave na geração de formas de mobilização política (SAVAGE, 2004, p.42).

Os debates de pesquisas como estas, abordando grupos até então ignorados ou negligenciados evidenciam a questão colocada pelo historiador italiano Giovanni Levi. O autor nos mostra que uma proposta da redução na escala de observação não deve negligenciar aspectos econômicos, sociais e culturais e necessitam estar preocupados em esclarecer lacunas deixadas pelas análises estruturais e conjunturais. Assim, essa narrativa deve ter cautela em não se apropriar dos exemplos minoritários e transformá-los em generalizações, nem deve



ocultar outras possíveis experiências (LEVI, 1992, p. 133-161).

Nessa mesma perspectiva, estudos recentes preocupados com o mundo político dos trabalhadores como os de Claudia Baeta Leal e Luigi Biondi utilizam atualmente os processos de organização dos trabalhadores tendo como base os próprios periódicos operários, ou mesmo a construção detida da biografia de militantes atuantes, sem deixar de lado as esferas da economia e da sociedade. Dessa maneira, evidenciam a complexidade dos temas propostos, possibilitando a emergência de formulações e conclusões que passaram despercebidas pela historiografia referente ao tema.<sup>7</sup> A partir de então, longe de fechar problemas, as perspectivas abertas para a confecção de uma história social que ressalta as posições políticas e contestatórias dos trabalhadores na Primeira República no Brasil se reabriram consideravelmente.

Dentro do nosso recorte também, tal perspectiva pode ser observada na pesquisa do historiador Alexandre Samis que também reduziu seu foco em um personagem histórico privilegiado em sua trajetória militante transnacional, sem ao mesmo tempo, deixar de lado questões maiores como as reivindicações de classe. A partir de um estudo minucioso e na construção da biografia do militante anarquista Neno Vasco e de suas articulações políticas, o autor considerou uma proposta sindical embora comum à maioria dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX, estava intimamente ligada a uma experiência anarquista internacional em detrimento ao avanço do capitalismo industrial e do fortalecimento do Estado Nação. Através de sua pesquisa, o autor joga luz para um debate que parecia ter sido respondido e encerrado, sobre as estratégias e vertentes dos anarquistas frente ao sindicalismo. Samis negou os rótulos historiográficos convencionais que colocam o anarcossindicalismo aos anarquistas que participavam dos organismos e debates sindicais e o anarco-comunismo para os militantes libertários que negavam estes. Para o autor, dentro da ideologia anarquista, o debate anarco-comunista foi a influência maior entre os libertários no Brasil, já que a grande parte se viam inseridos nas preposições do ativista Errico Malatesta, expoente dessa discussão contemporânea ao período, das primeiras décadas do século XX.

Dentro desse movimento existiam duas tendências, uma primeira chamada de antiorganizacionismo que, de fato, negava a atuação em ambientes sólidos e estáveis,

---

<sup>7</sup>Ver (LEAL, 1999) e (BIONDI, 2011).



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

desconfiando de possíveis solidificações de poderes e decisões, e atuavam em grupos livres de propaganda. E outra, organizacionista que “viam no sindicato um excelente meio para unir trabalhadores e fazer a necessária propaganda” (SAMIS, 2009, p.96) objetivando tanto a conscientização quanto a quebra efetiva com o sistema capitalista industrial. No entanto, por sua vez, dentro desse ramo organizacional existiriam duas práticas políticas, uma acreditando que os militantes libertários deveriam criar sindicatos autodeclarados anarquistas (anarcossindicalismo), e outra, afirmando que os anarquistas deveriam adentrar dentro dos sindicatos de forma pessoal e reivindicar a neutralidade deste, porém, não deixando de se articular politicamente em redes anarquistas sólidas e ideologicamente estáveis posição militante que será impulsionada entre os libertários no período, em âmbito global, como o próprio personagem Neno Vasco.

Além da “Micro-História” e suas problemáticas em relação à cultura, economia e sociedade, esses autores, como visto, também estão se atentando para as questões derivadas da História Política. Nessa perspectiva, é propor que o anarquismo, mesmo fora do parlamentarismo político ou das forças de poder no interior das decisões do Estado, se construiu como um tipo de cultura políticavisto que propõe uma intervenção na realidade social e conseqüentemente política. O autor Serge Berstein nos mostra que uma cultura políticanão tem sua formação pré-concebida ou natural, mas também é um processo histórico e suas razões de surgimento não são acidentais ou deslocadas da conjuntura social:

Como e por que nasce a cultura política? A complexidade do fenômeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações (BERSTEIN, 1998, p.355).

Nesse caso, de diversas formas, os debates de autores como Serge Berstein e René Remond, emergindo novamente a importância da política nos estudos históricos e sociológicos têm sido utilizados por diversos autores (REMOND, 1998). Mesmo que provinda de uma tradição mais preocupada com as esferas culturais, a História Política, ou pelo menos o âmbito político, tem sido novamente importante para o estudo das expressões da classe trabalhadora, como no caso do anarquismo, do socialismo e do sindicalismo.



Para Batalha, por exemplo, o anarquismo foi se constituindo, em um plano menor, no caso da cidade de São Paulo, também como um tipo de cultura militante com suas particularidades próprias em relação às outras intencionalidades militantes na cidade. Símbolos como bandeiras e estandartes são apenas uma parte que conferiam identidade para esses grupos, mas é através do estudo de suas práticas levando em consideração diferenças e convergências internas e externas (com outros grupos políticos), em um contexto específico, que é possível evidenciar as peculiaridades de uma cultura militante. Essa, por sua vez, para o historiador Claudio Batalha não é

[...] apenas a produção cultural, no sentido de peças de teatro, conferências, música, mas as celebrações, os costumes, as normas que regiam as associações operárias. Em outras palavras, como através dessas práticas e desses rituais os membros das associações percebiam o mundo e a si mesmos (BATALHA, 2004, p.96-97).

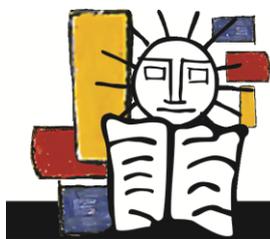
O autor também considera a cultura militante como uma das expressões da cultura associativa marcada pelas classes trabalhadoras nas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro no século XX; a tendência de se associar e de buscar a institucionalidade a formas de sociabilidades diversas, no nosso caso, principalmente as maneiras de atuar de forma política em contextos de movimentação ou refluxo, como manifestações, greves e repressões por parte do aparelho estatal.

Essa tendência marca como a “História do Trabalho” ou que visa os trabalhadores e classes subalternas, mesmo que saída predominantemente da “História Social” pode e tem se beneficiado dos debates dessas outras áreas e estudos, desde que ainda preocupado com a esfera classista, a construção do Estado-Nação e suas instituições e a reclamação de direitos por agentes e grupos provindos das classes subalternas e trabalhadores.

## **Conclusão**

A História visando as expressões políticas dos trabalhadores foi intimamente ligada a uma visão militante que, mesmo não sendo um problema de antemão, ofuscou conclusões e análises de diversos grupos, como no caso do movimento anarquista que analisamos.

Como demonstramos, a “História Social”, especialmente aquela de matriz marxista



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

inglesa, esteve na dianteira em quebrar esses paradigmas com muitos méritos, mas também sofreu as consequências, mesmo indiretas, dessa história enviesada. Evidentemente, seus debates internos, como a recepção dos trabalhos de Edward Thompson fora dos países situados no Atlântico Norte, foram essenciais para uma renovação desses estudos e para combater outros problemas como o eurocentrismo analítico, construindo uma “História Global do Trabalho”. Além dessas questões que visam os entendimentos macro-sociais e econômicos, outro alargamento da vertente social foi a “Micro-História”, ressaltando a transição de personagens que podem esclarecer as lacunas deixadas pelos trabalhos anteriores.

Não obstante, de extrema importância foi o contato dessa dita “História do Trabalho” para além dos debates da “História Social”, como as de vertente filosófica ou os campos historiográficos preocupados com a representação, cultura, costumes e origens étnicas desses grupos, políticos ou não. Desde que contestando o pós-estruturalismo ou a fuga do elemento material e dialético desses estudos, entendemos que é de extrema importância esse contato para a compreensão também das expressões políticas oriundas dos grupos subalternos e trabalhistas. Desse modo, não se trata de simplesmente juntar peças diferentes ou antagônicas, mas que através do debate lúcido das culturas historiográficas, podemos impulsionar o refinamento para a análise dos nossos objetos e problemas.

Assim, longe da esfera política estar desgastada, para nós, pegando o mote no debate apresentado, podemos afirmar justamente o contrário. Nesse aspecto, ressaltam-se alguns autores dotados sobre o interesse, buscando entender a classe trabalhadora e subalterna em níveis que transcendam os espaços locais, que procuraram responder questões tanto centradas nos conflitos materiais e na formação dos estados-nacionais, quanto incorporaram análises de cunho minucioso da história de vida dos agentes participantes em confronto direto com suas possíveis redes de influência ideológica e prática, encarnadas em seus próprios sistemas de valores, tradições específicas e trocas de experiência serão responsáveis por legitimar novamente uma história da organização entre os trabalhadores e de seus vetores e propostas políticas.



### Referências Bibliográficas

BATALHA, Claudio. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre(org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.p.95-120.

\_\_\_\_\_. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, v. 13, p.87-104, 2006.

\_\_\_\_\_. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco; São Paulo: Contexto, 1998.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p.355.

BIONDI, Luigi. **Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920**. Campinas- São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

\_\_\_\_\_. Imigração Italiana e Movimento Operário em São Paulo: Um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; Croci, Federico; Emilio Franzina (Orgs.). **História do Trabalho e Histórias da Imigração: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010. p.23-48.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e Conflito Social: 1890- 1920**. São Paulo: Difel, 1977.

GORDON, Eric Arthur. **Anarchism in Brazil:TheoryandPractice, 1890-1920**. Louisiana, 1978.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo. Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle. **Coleção Remate de Males**, v.5, p.96-120,1985.

HAUPT, Georges. Por que a História do Movimento Operário?.**Revista História e Perspectivas**, v.23, p.41-70, 2010.



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

LEAL, Claudia Baeta. **Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)**. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária), Universidade Estadual de Campinas -Unicamp, Campinas, SP, 1999.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo – roteiro da libertação social: antologia da doutrina, crítica, história, informações**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

LINDEN, Marcel Van der. História do Trabalho: O Velho, o Novo e o Global. **Revista Mundos do Trabalho**, v.1, p.11-26, 2009.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

LOPES, Juarez Rubens. **Sociedade Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

MAGNANI, Silvia. **O movimento anarquista em São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. **Revista Mundos do Trabalho**, vol.1, p.83-120, 2009.

NETTLAU, Max. **Historia da Anarquia: das origens ao anarco-comunismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

PEREIRA, Astrojildo. **Construindo o PCB (1922-1924)**. São Paulo: ed. Ciências Humanas, 1980.

PURDY, Sean. A História Comparada e o Desafio da Transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, v. 6, p. 64-84, 2012.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas –



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Unicamp, Campinas, SP, 1990.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SAMIS, Alexandre. **“Minha pátria é o mundo inteiro”**: Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX . Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense - UFF, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira; Fortes, Alexandre (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 25-48.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

THOMPSON, Edward. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

*Artigo recebido em 07 de julho de 2015.*

*Aprovado em 10 de setembro de 2015.*